

As relações raciais na obra de Fernando Henrique Cardoso e a dimensão moral do racismo

Marcos Abraão Fernandes Ribeiro¹

Resumo: Este artigo analisa o tema das relações raciais na obra de Fernando Henrique Cardoso produzido durante os anos 1950 como parte do programa de pesquisa da Cadeira de Sociologia I da USP. Para tanto, apontaremos o obscurecimento desta parte importante da produção do sociólogo paulista e proporemos uma leitura alternativa. Além disso, faremos um diálogo com a teoria do reconhecimento de Axel Honneth. A partir deste diálogo, procuramos evidenciar a centralidade da dimensão moral existente na obra esquecida de Fernando Henrique Cardoso para a compreensão do racismo.

Palavras-chave: relações raciais, FHC, moralidade, reconhecimento

1) Introdução

A temática das relações raciais tomou o patamar de centralidade na Cadeira de Sociologia I da USP durante os anos 1950. A entrada dos uspianos nos estudos sobre as relações raciais é creditada ao Projeto Unesco sobre as relações raciais no Brasil². O Projeto Unesco, todavia, apenas abreviou a entrada dos uspianos vinculado à Cadeira de Sociologia I³ nesta temática. Isto porque a proposição de um estudo sobre as relações raciais em São Paulo havia sido feita por Paulo Duarte, editor da Revista Anhembi, a Florestan Fernandes e Roger Bastide (Cardoso, 2008).

Todavia, foi com o Projeto Unesco que a temática das relações raciais tornou-se a pesquisa mais importante da Cadeira de Sociologia I, tendo influência no processo de

¹ Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro-Uenf. E-mail:olamarcos@yahoo.com.br

² Marcos Chor Maio (1997) fez a pesquisa mais abrangente e sistemática sobre o Projeto UNESCO sua relação com a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. O Projeto Unesco realizou pesquisas no nordeste e no sudeste com o objetivo de constituir novas leituras sobre a realidade brasileira que passavam durante os anos 1950 por um processo acelerado de modernização capitalista (Chor Maio,1999:141).

³ O sistema de Cátedras era composto por um professor catedrático, que possuía domínio vitalício sobre a cátedra e seus assistentes. O professor catedrático definia quais rumos de pesquisa seriam tomados pela Cátedra, bem como quais seriam os seus assistentes. Este sistema perdurou na USP até início dos anos 1970, quando foi substituída pela organização em departamentos, em um formato americano. Para uma análise das implicações deste processo ver Werneck Vianna (2004).

institucionalização das Ciências Sociais (Chor Maio, 1999). Estas pesquisas foram feitas por Roger Bastide e Florestan Fernandes que dialogavam diretamente com a obra de Gilberto Freyre com o objetivo de demonstrar que a classe não era o único critério classificatório (Cardoso, idem: 12-13). Durante a realização da pesquisa Cardoso participou como ajudante. A partir da utilização do método funcionalista os autores procuravam demonstrar como os valores sociais se modificavam a medida em que também mudavam as estruturas sociais. Desta forma, podiam demonstrar como havia uma conexão entre o preconceito de classe e o de raça (Cardoso, idem: 15).

As pesquisas feitas por Cardoso serão um desdobramento das pesquisas de Florestan e Bastide feitas em São Paulo para o Projeto Unesco. Junto com Renato Jardim Moreira e Octávio Ianni, Cardoso estudou o sul do Brasil que possuía como pressuposto a idéia de que constituiu sociedades que não possuíam preconceito⁴. A pesquisa sobre Santa Catarina teve como fundamento teórico-metodológico o funcionalismo, que àquela altura era utilizado por Florestan Fernandes como o elemento principal a nortear suas pesquisas. Esta utilização, todavia, é modificada na pesquisa seguinte sobre o Rio Grande do Sul. Em 1958 Cardoso e outros intelectuais uspianos como José Artur Gianotti criaram o Seminário de Marx, no qual procuravam fazer uma análise rigorosa de O Capital, com o intuito de se contrapor ao marxismo difundido pelo PCB. Este era considerado como marxismo vulgar pelos integrantes do seminário. Ao contrário do PCB, a relação construída pelos intelectuais uspianos como a obra de Marx era puramente acadêmica. A entrada no seminário fez com que a temática das relações raciais perdesse o patamar de centralidade na pesquisa de Cardoso e fosse obscurecida pela análise das contradições entre capitalismo e escravidão. Esta mudança contribuiu de forma decisiva para que a temática das relações raciais fosse completamente obscurecida pelas análises da obra de Cardoso, como pode ser visto no trabalho de Cotrim (2001). Além disso, a dependência passou a figurar como uma “variável independente” no pensamento do autor, fazendo com que a busca de possíveis

⁴ De forma precisa, Fernando Henrique Cardoso, Renato Jardim Moreira e Octávio Ianni estudaram de forma conjunta Santa Catarina. Tais pesquisas resultaram nas dissertações de Cardoso e Ianni que foram publicadas em *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis* em 1960 (Rodrigues, 2009). Como trabalhos de doutorado, Octávio Ianni estudou o Paraná escravocrata e Cardoso o Rio Grande do Sul. Como resultados, houve a publicação, respectivamente, dos livros *As metamorfoses do Escravo e Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul*.

coerências ou incoerências em sua produção fossem buscadas na questão da dependência⁵.

Nosso intuito neste texto, todavia, é evidenciar esta parte esquecida da obra de Cardoso procurando demonstrar o seu potencial crítico para a análise do racismo no sul do Brasil. Neste sentido, inverteremos a leitura que é feita de Capitalismo e Escravidão na medida em que colocaremos as relações raciais como o elemento mais importante desta obra de Cardoso. Além da construção de uma leitura alternativa da obra de Cardoso, faremos um diálogo com a teoria do reconhecimento de Axel Honneth. Desta forma, poderemos evidenciar o potencial crítico existente em sua obra sobre as relações raciais.

2) A teoria do reconhecimento de Axel Honneth

A partir da ação dos novos movimentos sociais surgidos na década de 1960 a visão universal da cidadania passou a ser questionada com as demandas de grupos específicos como o movimento feminino. Este movimento, todavia, ganha um patamar de centralidade nos anos 1990 com o multiculturalismo. A partir de então, não se reconhecia a cidadania pelo seu caráter de igualdade universal, mas sim pelo reconhecimento das diferenças existentes no âmbito cultural. Isto fez com que nos tornássemos uma sociedade da diferença (Silva, 2009). Com isso, teríamos a luta pela afirmação das diferenças culturais, constituindo um amplo processo de fragmentação social.

Estas modificações fizeram com que o reconhecimento identitário da diferença cultural possuísse um patamar de centralidade. Nesse sentido, a participação na esfera pública se daria por uma luta incessante por reconhecimento da identidade cultural de diversos grupos como os movimentos negro, gay e feminista. Havia, de fato, uma luta por reconhecimento na esfera pública, o que fazia com que a democracia tivesse um caráter dialógico (Silva, *idem*). As modificações na cidadania fizeram com que a teoria do reconhecimento ganhasse um patamar de centralidade, como pode ser expresso pelos

⁵ Tal visão reducionista da obra de Cardoso pode ser vista de Tavolaro (2005). Ainda sobre estas pesquisas Cardoso (2006) argumenta: “Foi um marco. O papel do Florestan foi muito importante, pois nós todos aprendemos a pesquisar naquele trabalho sobre os negros. A idéia do Florestan era transformar São Paulo em um laboratório para a análise sociológica, como o Robert Park, o Louis Wirth e outros haviam feito em Chicago” (p.73).

trabalhos de Nancy Fraser (2000), Charles Taylor (1998) e Axel Honneth⁶ (2009). Para nossos propósitos neste texto nos focaremos na obra de Axel Honneth.

Para Honneth os conflitos sociais modernos se estruturam como lutas por reconhecimento, que se estrutura em três formas: amor, direito e estima social. Para tanto, deve haver o reconhecimento do parceiro de interação, ou seja, o reconhecimento intersubjetivo. Sobre o amor, Honneth afirma que este funciona como o núcleo fundamental de toda moralidade. Com isso, o amor é o elemento responsável pela constituição do auto-respeito, bem como pela autonomia considerada base da autonomia necessária para participação na vida pública. Esta forma de reconhecimento é constituído desde a tenra infância com o processo de socialização. Sobre a instância do direito, os sujeitos precisam estar em condições de exercer sua autonomia como forma de decidir sobre questões de âmbito moral. Essas pessoas, todavia, apenas podem se constituir como pessoas de direito quando é instituída uma proteção de âmbito jurídico, que assegura as chances de participação na formação pública da vontade. Através do direito são constituídas as condições para que os sujeitos desenvolvam o auto-respeito: “apenas quando os membros da sociedade respeitam mutuamente suas pretensões legítimas, eles podem se relacionar socialmente entre si da maneira isenta de conflitos que é necessário para a solução cooperativa de tarefas sociais”(Honneth,2009:96). A falta de reconhecimento jurídico representa os seguintes males:

Por isso, a particularidade nas formas de desrespeito, como as existentes na privação de direitos ou na exclusão social, não representa somente a limitação violenta da autonomia pessoal, mas também sua associação com o sentimento de não possuir o status de um parceiro da interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade; para o indivíduo, a denegação de pretensões jurídicas socialmente vigentes significa se lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo moral; nesse sentido, de maneira típica, vai de par com a experiência da privação de direitos uma perda de autorespeito, ou seja, uma perda da capacidade de se referir a si mesmo como parceiro em pé de igualdade na interação com todos os próximos(Honneth,2009:216-17).

⁶ Para estes autores o reconhecimento possui um patamar de centralidade. Para Taylor (idem) e Honneth (idem), o indivíduo apenas constitui uma identidade que o propicie a participar da esfera pública se tiver o reconhecimento do outro. Caso não possua, patologias sociais importantes ocorrem como a internalização pelo sujeito da imagem distorcida que é feita sobre ele, comprometendo sua participação sadia na esfera pública e, com isso, a própria cidadania. As proposições de Charles Taylor e Axel Honneth, todavia, enfocam apenas a dimensão cultural da questão do reconhecimento. Neste sentido, Nancy Fraser afirma que também é necessário focar as questões relativas à redistribuição na sociedade capitalista. Ou seja, é necessário uma conexão entre as demandas por redistribuição e reconhecimento. A partir da proposição de Fraser podemos analisar o caso brasileiro que nos parece conter as duas demandas como elementos centrais do seu dilema democrático.

Além destes fatores existe na sociedade um padrão valorativo e intersubjetivo que funcionam como um sistema de referência para a avaliação moral das propriedades pessoais dos seres humanos, cuja totalidade constitui a autocompreensão cultural de uma sociedade. Isto faz com que a esfera do reconhecimento esteja vinculada de uma forma bastante imbricada à vida em comunidade, fazendo com que o desempenho dos integrantes da comunidade somente possam ser avaliados de forma intersubjetiva. De acordo com Saavedra (2009):

Os diversos grupos sociais precisam desenvolver a capacidade de influenciar a vida pública a fim de que sua concepção de vida boa encontre reconhecimento social e passem então a fazer parte do sistema de referência moral que constitui a autocompreensão cultural e moral da comunidade em que estamos inscritos. A solidariedade está vinculada na sociedade moderna à condição de relações sociais simétricas de estima entre indivíduos autônomos e à possibilidade de os indivíduos desenvolverem a sua autorealização. Simetria significa aqui que os atores sociais adquirem a possibilidade de vivenciarem o reconhecimento de suas capacidades numa sociedade não coletivista (p.107).

Nesse sentido, a teoria de Honneth advoga que a condição para que os sujeitos desenvolvam um auto-relacionamento positivo e saudável é necessário que eles possuam a chance simétrica de desenvolver a sua concepção de boa vida sem serem vítimas das patologias que são oriundas das situações de desrespeito. Isto ocorre devido ao processo intersubjetivo de socialização. Este processo de socialização aliado ao reconhecimento jurídico e à estima social faz com que nos vejamos como cidadãos seguros de nós mesmos, uma vez que desenvolvemos o auto-respeito. Desta forma podemos chegar a uma atitude positiva para com nós mesmos. Isto porque a aquisição cumulativa de autoconfiança, autorespeito e autoestima, “uma pessoa é capaz de se conceber de modo irrestrito com um ser autônomo e individuado e de se identificar com seus objetivos e seus desejos”(Honneth,2009:268). Ou seja, as três instâncias do reconhecimento fazem com que haja a constituição de dispositivos de proteção intersubjetiva responsáveis por assegurar a liberdade interna e externa, fundamentais para a realização das metas individuais de vida. Se o não reconhecimento jurídico refere-se à privação de direitos, o não reconhecimento da solidariedade representa o desrespeito da degradação moral e da injúria. Com isso haveria a degradação da autoestima.

A não existência do reconhecimento acarreta, como vimos acima, a impossibilidade de uma atuação sadia na sociedade. A partir da teoria de Axel Honneth

em diálogo com os estudos de Cardoso sobre as relações raciais podemos visualizar a complexidade e ubiquidade do racismo no sul do Brasil, uma vez que foi obstaculizada a oportunidade para a constituição de uma identidade sadia e a participação na vida pública para grande parte dos negros estudados pelo autor.

3) As relações raciais na obra de FHC

Com vimos no início deste texto, as relações raciais foram o principal programa de pesquisa desempenhado pela Cadeira de Sociologia I da USP durante os anos 1950. Durante este período Cardoso efetuou suas pesquisas sobre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que foram temas de sua dissertação de mestrado e tese de doutorado respectivamente (Rodrigues, 2009). Vimos também que esta parte da obra de Cardoso ficou obscurecida por conta de sua entrada no Seminário de Marx, que resultou na colocação da contradição entre capitalismo e escravidão como o elemento mais importante de sua tese. As relações raciais ficaram como uma questão subordinada. O outro ponto é a leitura hegemônica da obra de Cardoso no Brasil que enfoca a dependência como uma espécie de “variável independente” no pensamento do autor. Nosso enfoque neste texto, todavia, é nas relações raciais como elemento central. Por conta disso, faremos uma leitura alternativa de sua tese de doutorado, colocando as relações raciais como elemento mais importante⁷. A partir desta leitura aliada a sua pesquisa sobre Santa Catarina, acreditamos poder evidenciar o potencial crítico desta parte esquecida da obra de Fernando Henrique Cardoso.

Para analisar as relações raciais em Santa Catarina, local que teve pouca utilização de mão de obra escrava, Cardoso parte da análise do desenvolvimento econômico da Região desde o período colonial. Este ficava dependente da economia colonial. A partir dos interesses de expansão econômica e político-militar foi feita a ocupação do sul do país por portugueses e paulistas. Essa ocupação não teve como característica a utilização intensiva da mão de obra escrava como era feito, por exemplo, no nordeste do país com a economia canavieira. A utilização da mão de obra escrava foi

⁷ Além de fazermos uma leitura alternativa da tese sobre o Rio Grande do Sul escravocrata, também utilizaremos os resultados publicados por Cardoso sobre as relações raciais na sociedade de classe em Porto Alegre nos anos 1950 que iriam ser parte da tese de doutorado, mas acabaram sendo obscurecidas pela virada feita por Cardoso para analisar as contradições entre capitalismo e escravidão com a fundação do Seminário de Marx. Acreditamos que a partir dela podemos conectar de maneira integrada as dimensões raça/classe para pensar o racismo.

muito reduzida. Cardoso (idem) afirma que durante os primeiros cinquenta anos de colonização da Ilha de Desterro a atividade econômica tomou um formato de economia de subsistência.

Para analisar as relações raciais em Santa Catarina, Cardoso fez em sua análise uma relação entre o desenvolvimento econômico e a penetração dos negros, pois a medida em que a atividade econômica se mostrava mais intensa a presença do negro aumentava. Mesmo com o aumento da população negra durante o século XVIII devido, sobretudo, à pesca, o aumento absoluto da população foi consequência da vinda dos imigrantes açorianos (Cardoso, idem).

O momento mais significativo da estrutura econômica da Ilha de Santa Catarina e de Desterro no sentido de possibilitar a inserção dos escravos foi durante o século XIX. Houve uma utilização de escravos negros nos vários setores que compunham a atividade econômica da região. Cardoso afirma, porém, que a mão de obra escrava não suplantou a mão de obra assalariada ou independente durante este período. Essa maior utilização da mão de obra escrava fazia com que o suposto caráter de singularidade da realidade da Ilha de Santa Catarina e de Desterro em relação ao restante do país, devido a pouca utilização dos escravos, pudesse ser refutado. Cardoso afirma que a relação entre senhor-escravo ocorrida na Região de Santa Catarina contava com critérios avaliativos que eram os mesmos das regiões onde a utilização do negro foi bastante intensa.

O regime escravocrata começou a ser desagregado a partir de 1872 em Desterro com fortes apelos humanitários. Todavia, “não surgiu nenhum grupo de brancos ou de negros que tivesse feito uma crítica mais profunda da escravidão e que propusesse medidas mais radicais na solução do problema do escravo, em termos de homem negro” (Cardoso, 2000:185). Portanto, não houve uma ação em termos da construção de condições efetivas para a inserção do negro como um cidadão efetivo na sociedade classes nascente em Santa Catarina. O processo de não-reconhecimento social do escravo gerou consequências deletérias para o liberto inserido na nascente sociedade de classes. Isto ocorria porque o “(...) liberto não apagava da memória coletiva a nódoa da antiga condição que deveria pesar ainda sobre seus descendentes”(Cardoso,2000:172). A partir deste ponto, podemos observar como o ex-escravos entrava na sociedade de classes carecendo de autoconfiança, auto-respeito e auto-estima, que são os três pilares do reconhecimento social.

Isto fez com que na sociedade de classes nascente, na qual o negro era considerado como formalmente cidadão, não houvesse uma integração efetiva deste. Isto ocorria devido a não ascensão do grupo negro na nova sociedade, pois a possibilidade tal fato era meramente formal. Neste ponto a situação de Florianópolis teve um caráter de singularidade. Cardoso (idem) afirma que nas outras regiões do país os processos de urbanização e industrialização aceleraram a ação de desagregação da antiga ordem senhorial, de caráter estamental, abrindo possibilidades efetivas de ascensão para os negros. No caso de Florianópolis, a nódoa da escravidão ainda se mantinha efetiva naquela sociedade em plena década de 1950, ou seja, 62 anos após o fim do regime escravocrata em Florianópolis.

O fim da escravidão não representou o término das avaliações negativas que eram feitas na sociedade escravocrata sobre os negros. Mesmo na sociedade de classes, onde todos eram formalmente reconhecidos como cidadãos, houve um processo intenso de não-reconhecimento social dos negros, na medida em que não eram reconhecidos pelos brancos como cidadãos efetivos. O peso do elemento moral no processo de avaliação do ex-escravo era precisamente demonstrado na rejeição social exercida pelo branco contra os negros e os mestiços de forma a impedir a participação destes em seus círculos sociais. Ou seja, havia uma falta “estima social” conforme apontado por Axel Honneth. Nesse sentido, Cardoso demonstrava de forma lapidar que a sociedade de classes nascente guardava traços de similaridade com a sociedade escravocrata. Dentro da nova sociedade marcada pela permanência dos padrões de não-reconhecimento social dos negros e dos mestiços, os negros que conseguiam certa ascensão social faziam parte das camadas intermediárias.

Como vimos acima, os negros tinham contra si um processo intenso de não-reconhecimento social que advinha da sociedade escravocrata. Em virtude disso, os negros que conseguiam ascender às camadas intermediárias procuravam se isolar socialmente da população negra e dos demais seguimentos da sociedade que sofriam um processo de não-reconhecimento, o que apontava a dimensão de classe do racismo. A demonstração deste processo pode ser visualizada através da tese de Cardoso sobre a existência naquela sociedade de uma elite negra. Os negros pertencentes à elite se inscreveram no sistema artesanal e semi-artesanal. Para tal ascensão, todavia, as relações de proximidade com os brancos mostravam-se fundamentais. Neste sentido, nem todos os negros possuíam um estatuto de não-reconhecimento social na nova sociedade. Todavia, o reconhecimento que estes possuíam advinha das relações que

estes constituíram com os brancos. Estes últimos eram responsáveis por inseri-los em posições que geravam reconhecimento pela execução de atividades que eram predominantemente de brancos.

Mesmo demonstrando a existência de gradações na composição do grupo negro em Florianópolis, Cardoso afirma que a ascensão social e a diferenciação interna são incipientes na realidade daquela cidade. De acordo com Cardoso (idem) “não há diferenças essenciais nas posições sociais ocupadas pelos ‘mulatos’ ou pelos ‘negros’, que se distribuem de forma mais ou menos indiscriminada na estrutura ocupacional da cidade” (p.193). Com a constituição da sociedade de classes em Florianópolis houve a afirmação de um ideal de branquidade. Este ideal pode ser precisamente compreendido como a centralidade da dimensão estética do racismo.

A análise feita por Cardoso demonstrou que “(...) há similitude entre os padrões de contato inter-racial e as formas de comportamento social vigentes em Santa Catarina e aquelas que operavam em São Paulo, descritos por Roger Bastide e Florestan Fernandes”(Cardoso,2000:194). Em virtude disso, Cardoso (idem) advoga sobre a existência de padrões gerais de contato inter-raciais em pelo menos boa parte do Brasil, o que consideramos uma tese certa. O tipo de contato inter-racial existente em Santa Catarina demonstrou que não havia diferenças substanciais em relação à realidade de São Paulo, pois “havia incentivos poderosos para que as polarizações negativas, que na sociedade escravocrata se concentravam no escravo, fossem transferidas plenamente para o negro” (Cardoso, 2000:197). Ao analisar a sociedade de classes de Florianópolis Cardoso (idem) aponta a importância da falta de “estima social” para a compreensão do racismo e da desigualdade:

Por outro lado, como a intensidade da rejeição social do negro era grande e as transformações na estrutura ocupacional, e conseqüentemente no sistema global de posições sociais, foram relativamente pequenas até há mais ou menos vinte anos, os padrões de contato inter-racial elaborados no passado puderam preservar-se. Isso equivale a dizer que, mesmo com a emergência do sistema de classes sociais em Florianópolis, fatores irracionais ligados a diferenças raciais continuaram a operar no processo de classificação social vigente na comunidade, e por esse meio manteve-se a exploração social, sob fundamento supra-econômico, de um “grupo racial”, sobre outro: dos brancos sobre os negros (p.200).

A análise de Cardoso sobre a escravidão em Santa Catarina demonstrou que a pretensa singularidade das relações raciais em virtude da pouca utilização da mão de obra escrava era algo fictício. Mesmo não havendo uma utilização maciça da mão de

obra escrava como ocorreu, por exemplo, em São Paulo, as relações raciais em Santa Catarina não diferiram do padrão da sociedade escravocrata paulista.

4) As relações raciais no Rio Grande do Sul

Após fazer a pesquisa sobre as relações raciais em Santa Catarina Cardoso foi estudar a realidade do Rio Grande do Sul cumprindo o objetivo da pesquisa capitaneada por Florestan Fernandes e Bastide que era compreender de maneira precisa as relações raciais existentes no Brasil Meridional. Cardoso (1993a) afirma que sua obra teve como objetivo contrastar o negro de Gilberto Freyre. Ele havia feito esta contraposição porque o sociólogo pernambucano havia construído uma visão idealizada do negro. Esta fora responsável por constituir o mito da brasilidade através de uma visão mítica e utópica do negro. Tal ponto se confirma precisamente ao vermos que antes da obra de Cardoso sobre o Rio Grande do Sul havia uma tese cujo argumento era o de que a sociedade riograndense teve uma formação democrática. Nesse sentido, a obra de Cardoso demonstra o equívoco desta tese assim como já havia feito em Santa Catarina.

Ao demarcarmos a questão da raça como elemento principal poderemos visualizar precisamente o objetivo de Cardoso que era refutar a tese defendida pela historiografia riograndense de que o Rio Grande do Sul teve uma formação social democrática. Ao contrário da tese da democracia riograndense, Cardoso afirma que a sociedade gaúcha se organizou nos moldes de uma estrutura patrimonialista, com a constituição de posições assimétricas na estrutura social. Estas correspondiam a formas de comportamento reguladas por rígidas expectativas de dominação e subordinação (Cardoso, 2003). Nesta estrutura as formas autocráticas de dominação, com apelo ao arbítrio e à força bruta, tinham peso capital para a manutenção do controle social.

Desta forma a sociedade rural gaúcha se caracterizava pelo seu caráter latifundiário e escravista estruturada pelos criadores de gado e charqueadores (Cardoso, idem). Como podemos observar, a organização econômica e social do Rio Grande do Sul se diferenciava bastante da organização de Santa Catarina também analisada por Cardoso, a qual não teve nem caráter latifundiário nem tão pouco utilizou muitos escravos.

O incremento da economia não foi responsável apenas pela utilização expressiva da mão de obra escrava, mas resultou também na intensificação da atividade comercial. Esta desempenhava nas vilas e cidades o mesmo papel que as estâncias exerciam na economia rural como núcleo dinâmico da acumulação de riqueza (Cardoso, 2003:81). A importância do comércio ajuda a demonstrar que a utilização de negros no Rio Grande do Sul não se circunscreveu apenas ao mundo rural. Os escravos foram aproveitados também nos serviços domésticos e nos artesanatos. Cardoso (idem) ressalta a importância do negro no sistema artesanal urbano na medida em que esta profissão revestiu-se de grande significação para integração do negro à sociedade de classes. A atuação dos negros no âmbito urbano podia ser vista de forma precisa nos ofícios e serviços ligados ao comércio e mercadorias, pois estes eram efetuados apenas por negros (Cardoso, 2003:83).

Ao contrário do postulado da historiografia rio-grandense as relações raciais e sociais no Rio Grande não possuíam nenhum elemento democrático. Nesse sentido, Cardoso afirma que o equilíbrio existente na sociedade gaúcha durante o período que vai do século XVIII ao início do século XIX foi marcado pela existência de formas autocráticas de dominação. Estas, por sua vez, eram baseadas no arbítrio e na força bruta, os quais agiam como componentes essenciais para a manutenção do controle social (Cardoso, idem). Neste sentido o sistema de mando autocrático existente no sul “pervertido como resultado de processos de ajustamento e de adaptação que se desenvolveram diante das condições políticas, econômicas e sociais que definiam e limitavam as possibilidades de atuação social dos habitantes da região sulina” (Cardoso, 2003:109). A consideração da sociedade rural gaúcha como democrática vale como elemento demonstrativo do padrão brasileiro de convivência inter-racial, pois “toda reconstrução do passado rio-grandense em termos da ‘sociedade rural democrática’ visa, ao mesmo tempo, glorificar o branco-senhor, magnânimo em face do negro, e considerar o negro como realmente e não socialmente inferior”(Cardoso,2003:136). Inserido na ordem patrimonialista estruturada pelo arbítrio e a violência o negro tinha o seu estatuto de humanidade plenamente derruído na sociedade gaúcha. O escravo era considerado como coisa, pois era representado pelos homens livres e também se auto-representava como um ser incapaz de ações autônomas (Cardoso, 2003:161).

Além do domínio da ordem patrimonialista na sociedade rio-grandense havia também a vigência de um elemento moral que era responsável pelo não-

reconhecimento dos escravos como humanos, o qual será responsável pela desestruturação psicossocial destes na sociedade de classes que sucederá a escravidão no Rio Grande do Sul. Joaquim Nabuco (2000) no seu clássico *O Abolicionismo* chamava a atenção para os efeitos deletérios que a moralidade exercia sobre os escravos. Nabuco demonstrou como o processo intenso de não-reconhecimento social do negro acarretou a anulação da personalidade, ferindo decisivamente a dimensão da dignidade deste contingente humano, fazendo com que estes se constituíssem como “cadáveres morais” (Nabuco, idem). Além deste ponto sua interpretação sobre a escravidão demonstrou como esta seria para nós uma espécie de “instituição-total”, a qual possuía efeitos de significação moral, política, econômica e social para a nação (Nabuco, idem).

Cardoso (idem) afirma que os escravos não encontravam a condição de pessoa humana objetivada no respeito e nas expectativas construídas em torno deles pelos homens livres. Isto resultava em que “Diante da impossibilidade real de reconhecimento social, a objetivação imaginária, subjetiva, na condição de senhor de outros seres vivos, nada mais reflete senão a alienação essencial do escravo” (Cardoso, 2003:164). A perversa organização social instituída no Rio Grande do Sul fazia com que os escravos não fossem tratados e também não se auto-representassem como pessoas humanas, mas como simples objetos utilizados como força muscular na estrutura econômica do Rio Grande. Como temos demonstrado, a interpretação de Cardoso refutava o caráter de excepcionalidade da sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul como já havia feito no caso de Santa Catarina. Além disso, demonstrou também como a dimensão da moralidade foi responsável pelo não reconhecimento dos negros escravos como pessoas humanas.

A escravidão possuía um caráter amplo e totalizador na sociedade gaúcha, na medida em que ela impunha uma série de avaliações sobre o papel do empreendedor, sobre o trabalho, sobre os homens livres, sobre a sociedade e sobre o destino humano (Cardoso, idem). Na sociedade escravocrata gaúcha a constituição de um estilo de vida senhorial apenas ocorreu devido à expansão da pecuária e da exploração do charque. Nesse sentido, Cardoso (idem) afirma que do ponto de vista moral que imperava nas estâncias rústicas, a inexistência do senhorio funcionava como um fator agravante das condições de vida dos escravos. Isto ocorria devido à utilização da violência e do

arbítrio como elementos fundamentais para a manutenção das posições de domínio (Cardoso, 2003:169).

Como parece ficar claro até aqui a sociedade escravocrata gaúcha era marcada por ações deletérias contra os negros, o que ajuda a refutar a tese da democracia rio-grandense. Este processo de intensa violência e arbítrio fez com que houvesse a coisificação subjetiva do negro. Este processo de coisificação ocorria porque havia a construção pelo próprio escravo de uma autoconcepção moral que negava a própria vontade de libertação bem como sua auto-representação como homem (Cardoso, 2003:175). Para explicar um processo tão brutal de não-reconhecimento que se abatia sobre os negros, Cardoso (idem) afirma que este processo ocorria “graças ao progresso de socialização, às expectativas que se formavam em torno de seu comportamento e à vigilância estrita que o sujeitavam” (p.175). Este processo brutal de não-reconhecimento engendrado pelos senhores contra os escravos negros, o qual demonstrava de forma precisa toda a perversidade da escravidão negra no Rio Grande do Sul, dava-se desde a tenra infância dos negros quando se inicia precisamente o processo de socialização:

Do ponto de vista da percepção social do senhor a reificação do escravo era total. A descrição das relações entre a criança escrava e o filho do senhor indica a que as técnicas socializadoras do sistema escravocrata permitiam que os senhores mantivessem atitudes e orientassem as ações a partir de normas que implicavam a despersonalização do escravo. A violência, a falta de respeito à pessoa do escravo reveladas pelo comportamento senhorial (que eram requisitos para o funcionamento do sistema de produção escravista) podiam efetivar-se e justificar-se diante dos mores senhoriais graças à reificação prévia do escravo: desde criança o senhor regulava suas expectativas considerando o escravo como um ser incapaz de vontade, objeto de toda sorte de caprichos e perversidades (Cardoso, 2003:176).

Como parece ficar claro no trecho citado acima, o processo de não-reconhecimento social do negro era reproduzido em todas as etapas da vida destes e dos brancos da sociedade gaúcha. As crianças brancas desde cedo eram socializadas no sentido de não reconhecerem os escravos negros como pessoas humanas. Tal fato tinha papel decisivo para a reprodução de um sistema social tão brutal. Esta ação mais brutal em relação ao negro ocorria, sobretudo, no âmbito das charqueadas, nas quais eles tinham um processo de “socialização parcial” responsável apenas pela assimilação de técnicas, normas e valores que apenas davam condições de executarem o rude trabalho muscular das fazendas e do charque (Cardoso, 2003:179). A partir deste ponto podemos ver como ficava obstaculizado para esses escravos ao se tornarem apenas negros na

sociedade de classes a constituição de uma identidade sadia devido à falta de autoconfiança, autorrespeito e autoestima.

É importante ressaltar que o tratamento brutal reservado aos escravos dava-se de forma predominante no âmbito rural das charqueadas e fazendas. Nas cidades havia um caráter mais “benévolo” nas relações entre brancos e negros. Isto ocorria, por exemplo, em relação ao escravo-artesão. Este, ao contrário dos escravos radicados no âmbito rural, os quais apenas exerciam atividades cuja ação dependia exclusivamente da força muscular, exercia uma atividade diferenciada em relação a estes outros escravos. Este possuía mais habilidade que possibilitava a ele condições de ordem material e moral diferenciadas em relação ao escravo radicado no campo (Cardoso, 2003:182).

A ação diferenciada do escravo-artesão trazia como conseqüência a possibilidade do reconhecimento da existência do estatuto de pessoa humana. O tratamento diferenciado dispensado ao escravo-artesão também era feito com o escravo doméstico como ocorria no restante do país (Cardoso, *idem*). Mesmo com este caráter diferenciado, o tratamento dispensado aos escravos de casa apenas fazia com que este tratamento fosse menos brutal em comparação com aquele que era dispensado aos escravos nas charqueadas. Isto ocorria porque “Não criava, porém, condições para a reação crítica do escravo à sociedade escravocrata ou à espoliação social do negro que depois da Abolição os brancos tentaram manter” (Cardoso, 2003:183).

Existiam, portanto, três tipos de escravos na sociedade gaúcha. O escravo das fazendas e charqueadas, o escravo doméstico e o escravo-artesão. Destes, apenas o escravo-artesão conseguiu completar o seu processo de socialização a ponto de conseguir se auto-reconhecer e ser reconhecido como ser humano. Desta forma, ele pôde lutar pela inserção na nova sociedade de classes. A partir dessa diferenciação entre os escravos na sociedade gaúcha, temos condições de observar como o racismo instituído na sociedade de classes será dividida entre as dimensões da classe e da raça.

O malogro do regime escravocrata no sul deu-se em virtude de dois fatores cruciais: a abolição da escravatura e a imigração. Em virtude disso, o abolicionismo no Rio Grande do Sul funcionou como um processo de “falsa consciência”, na medida em que suas ações foram feitas de acordo com os interesses da economia escravocrata que estava sendo derruída (Cardoso, *idem*). Além disso, o abolicionismo não modificou a representação social engendrada pelos senhores e homens brancos livres sobre os

escravos. Desta forma, o negro liberto em 1884 e 1888 permaneceu na consciência e no comportamento dos homens brancos representado como coisa (Cardoso, 2003:282).

Tal processo ocorria devido à forma de organização dos escravos negros na sociedade gaúcha que, como vimos, organizou os seus negros desde as charqueadas, estâncias e trabalhos domésticos até os negros-artesãos. O trabalho especializado realizado pelo escravo-artesão foi responsável por retirar desta forma de trabalho escravo o seu caráter anti-humano que era característico do trabalho escravo resumido à aplicação exclusiva da força muscular bruta (Cardoso, *idem*). Segundo Cardoso (*idem*) “Agindo como não-escravo, o negro podia desenvolver alguma consciência crítica e o branco podia perceber, na própria ação dos escravos, as contradições encerradas nas representações que construía sobre o negro-escravo”(p.308).

Como demonstrou Cardoso havia uma internalização da imagem construída pelos brancos dos escravos como coisa, ou seja, sem um estatuto de humanidade. Isto foi responsável por uma constituição extremamente deletéria da sociedade de classes que substituiu a sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul:

A descrição sombria, e verdadeira, do que ocorreu depois de (18) 84 não deixa margem para dúvidas quanto ao comportamento dos ex-escravos: “a vadiagem progride desenfreadamente; o abuso da aguardente marcha a par com a degradação moral; a prostituição toma proporções inquietantes e o pauperismo aumenta com esse grande número de indivíduos que, lançados de chofre em um meio muito diferente daquele em que viviam e cercados de novas e urgentes necessidades, estragam-se pela maior parte na orgia vegetando em lastimável miséria, onde fatalmente perecerão, arrastando a sua descendência”(Cardoso,2003:312-13).

Caso não fizessem isso, tinham como “opção” se rebelarem contra tudo que o trabalho desqualificado pela escravidão significava, o que fazia com que os negros vivessem na ociosidade e no desregramento (Cardoso, 2003:316). Ou seja, conseguimos visualizar como a falta de auto-confiança, autorrespeito e auto-estima foi fundamental para a exclusão de grande parte dos negros na nascente sociedade de classes. De acordo com Cardoso (*idem*) “O ato de revolta contra o *status quo* significava, automaticamente, a condenação à miséria e a condições morais subhumanas de vida”(p.316). Cardoso afirma que esta nova etapa representou uma resignificação do preconceito sobre o negro. Ele passou a ser caracterizado como ocioso e a agir desta forma (Cardoso, *idem*).

A partir do início da sociedade de classes o problema do negro aparece como um dado fundamental. Nesse sentido, na sociedade de classes nascente havia evidentes atribuições negativas aos negros, pois “Os brancos isolavam certos aspectos do

comportamento dos negros das condições que os produziam, passando a encara-los como atributos invariáveis da ‘natureza humana’ dos negros”(Cardoso,2003:320).

Havia o objetivo de impedir que os negros participassem juntamente com os brancos dos benefícios da ordem formalmente democrática que havia sido instaurada, como fica evidente no impedimento destes de freqüentarem as mesmas escolas ou dançar nos mesmos salões (Cardoso, 2003:320). O processo de exclusão dava-se também em âmbito oficial, precisamente nas repartições públicas. Havia a fraude nos concursos públicos para que os negros não alcançassem as posições de maior prestígio e remuneração no serviço público (Cardoso, idem), e não conseguiram constituir um posicionamento crítico sobre o racismo que sofriam:

Os negros acabaram por aceitar a representação que os brancos faziam deles e a legitimidade da ideologia da “sociedade sem preconceitos” que lhes foi imposta. Não era o branco que era arrogante, mas o negro que era humilde; não havia falta de oportunidades sociais para o negro trabalhar, o negro é que era tímido ou vagabundo; não era o branco que evitava socialmente o negro, era o homem instruído que não podia conviver com o negro braçal; O grande espoliado transformava-se no responsável pelo “estado de acobramento” cujos efeitos mascaravam tão fortemente a personalidade-status do homem negro que, no presente, quase todos se definem como vítimas de um terrível “complexo de inferioridade”, “complexo de negritude”. Alienação mais completa seria impossível: aceitaram a imagem do negro e a ideologia da convivência inter-racial desenvolvidas pelos brancos; e definiram como projeto a inautenticidade, motivados pela ideologia do branqueamento (Cardoso, 2003:324).

Apesar de toda situação adversa houve a organização de grupos negros responsáveis por minorar a situação da comunidade negra na sociedade de Porto Alegre⁸. Mesmo com essa reação de alguns grupos negros minoritários oriundos da ação como artesãos durante o regime escravocrata “Os canais de ascensão do negro, entretanto, eram socialmente regulados pelas camadas dominantes brancas. A democracia brasileira e sua matriz classista limitavam-se ainda a um simulacro bastante

⁸ A pesquisa sobre as relações raciais feita por Cardoso no Rio Grande do Sul foi dividida entre Pelotas e Porto Alegre. O autor procurou demonstrar como a escravidão urbana se diferenciou da escravidão agrária. Neste sentido, o autor argumenta: “Condições histórico-sociais peculiares fizeram que em Porto Alegre os negros encontrassem, depois da Abolição, possibilidades relativamente amplas de ajustamento à estrutura ocupacional da economia livre da cidade. Nela a escravidão foi preponderantemente doméstica, e não foi raro também, por outro lado, a exploração dos ‘negros de ganho’, isto é, daqueles que possuíam um ofício, incipiente ou indiferenciado inicialmente, e que pouco a pouco se adestravam nas lides artesanais. Com a Abolição estes negros se inseriram na estrutura ocupacional da cidade como artífices, escapando assim à sorte que esteve reservada para os negros das regiões de exploração escravocrata em grande escala, que quando abandonaram as lides do campo para dirigirem-se às cidades não possuíam qualquer capacitação profissional que os habilitasse à vida urbana, tendo sido, por isto, condenados à vida de ociosidade e privações.”(Cardoso,1960:586).

deformado pela sobrevivência do antigo regime” (Cardoso, 2003:330). Cardoso afirma que as várias entrevistas feitas por ele com negros portoalegrenses demonstrava como eles tinham como ideal a obtenção de melhores posições na sociedade. Todavia, a história de vida de cada um dos negros entrevistados possuía elementos dramáticos oriundos da cor da pele e da condição sócio-econômica demonstrava como a sociedade capitalista em formação possuía elementos da sociedade estamental na avaliação dos negros que deixavam, muitas vezes, a possibilidade de ascensão como ideal para a próxima geração. Como a ascensão era um ideal fundamental, a obtenção de títulos como de bacharel, normalista ou posição de destaque era comemorada pelos clubes de negros. Esta ascensão, todavia, não representará a defesa do grupo negro pelo indivíduo que conseguiu ascender, pois este jovem doutor “possivelmente deixará dentro de pouco tempo de freqüentar o clube que o homenageou, visto que, doravante, formalmente, agirá como pertencente a outra camada social”(Cardoso,1960:585).Dentro da sociedade portualgrense havia a difusão da idéia de que os negros apenas eram aptos para os trabalhos de tipo braçal, ou seja, para atividades social e moralmente desqualificadas. Tal relação pode ser visualizada nas avaliações feitas pelos brancos:

Ei-la:geralmente não trabalha, mas esbanja; lerdos, não gostam de trabalhar; pouco agradáveis; preguiçosos; relachados; brutos; sem vontade; lentos; só trabalham para comer; brincam; meio relapsos; dedicam-se mais ao carnaval; péssimos; incomodam; só como subordinados; negligentes; não gosto; geralmente trabalha no pesado; pouco animados; pouca iniciativa; humildes; um pouco apáticos; como serventes são bons; passáveis; irresponsáveis; preguiçosos e arrogantes; perdem do branco; bom para trabalho braçal; não têm muita afinidade ou atração pelo trabalho; procuram profissões humildes; só trabalharam de fato até 1888; pouca resistência, perseverança e tenacidade; pouca vontade; irregulares;[...](Cardoso,591:1960)

Como podemos observar, havia uma série de avaliações morais sobre os negros quando era pensada sua participação no mercado de trabalho. Tais avaliações, todavia, eram constituídas a medida que havia diferenciação econômica entre os grupos. Como exemplo disso, temos a visão dos negros operários feitas por brancos da mesma classe de remuneração. Segundo Cardoso, dos 23 entrevistados 20 consideraram os negros aptos a qualquer tipo de profissão, tendo apenas 3 que os consideravam como aptos apenas para trabalhos socialmente desqualificados (Cardoso, idem). Isto denotava como as avaliações morais eram feitas a partir do pertencimento à classe média, demonstrando a forte polarização entre as dimensões da classe e cor no racismo levado a cabo em Porto Alegre. Nesse sentido Cardoso afirma: ao se referir a jovens de classe média “(...)indica

a existência de setores das classes médias que resistem em considerá-los como seres capazes apenas de obedecer, e isto mesmo só no desempenho das tarefas menos qualificadas. Estes fatores demonstraram como os negros sofreram resistências importantes dos estratos médios e superiores para a sua ascensão. Neste sentido: “sem nem tudo no Brasil é mero preconceito de classes, como alguns pensavam, para o negro que ascende há além do preconceito de cor o preconceito de classe.”(Cardoso,1960:594). A complexidade do racismo em Porto Alegre por conta da polarização raça/classe podia ser visualizada nas representações feita pelos brancos das classes superiores que os viam como preguiçosos e incapazes de desenvolver as capacidades que são pressuposto para a ação na sociedade capitalista: “perseverança, ambição, espírito de iniciativa e organização, senso de responsabilidade, capacidade de poupança, e todas quantas, conforme se pode ver na lista de estereótipos acima referida⁹”(Cardoso,1960:594).

Apesar de possuir certo otimismo quanto a uma futura integração efetiva do negro à sociedade de classes em Porto Alegre, Cardoso observa como os negros foram subintegrados na medida em que formaram uma sociedade à parte, pois não são aceitos como iguais pelos brancos em sua nova condição social (Cardoso, *idem*).

A análise sobre as relações raciais feitas por Cardoso demonstraram como havia uma conexão entre raça e classe na compreensão do racismo levado a cabo no sul do Brasil durante os anos 1950. Naquele momento a sociedade brasileira vivia um importante processo de mudança em termos da urbanização e da industrialização. Isto fazia com que a análise da integração do negro foi muito importante, pois este teve o pior ponto de partida na sociedade de classes. Conseguimos visualizar como a dimensão moral possuiu um patamar de centralidade, uma vez que fora responsável por constituir uma série de avaliações sobre os negros e suas (in)capacidades. Essas avaliações se davam, sobretudo, com os setores pertencentes à classe média. Parece-nos que o compartilhamento de sua hierarquia valorativa e intersubjetiva, como aquele sobre as pré-condições para uma participação na sociedade capitalista e o abandono dos clubes de origem pelos negros que ascendiam como elementos chaves para demonstrar a

⁹ Para Cardoso essas avaliações eram resultantes da herança do “antigo regime” escravocrata. Por isso, ele não considerava que existiam barreiras intransponíveis para a ascensão dos negros. Nesse sentido, o autor afirma que “Então, por um lado, as condições para a objetivação das atitudes contrárias ao negro na esfera do trabalho serão provavelmente transformações nas maneiras tradicionais de avaliar-se os negros enquanto trabalhadores. A discrepância encontrada nas respostas das questões analisadas é, justamente, um sinal de que os antigos padrões de julgamento dos negros neste terreno já estão se modificando, embora novos padrões não se tenham imposto de forma geral”(Cardoso,1960:595).

centralidade da questão moral do racismo. Isto fazia com que o racismo tivesse de ser pensamento pela polarização raça/classe. A questão da raça se explicava pela questão estética, que colocava no branco o padrão de beleza considerado legítimo¹⁰.

Rocha (2009) também analisa o peso da dimensão estética do racismo. Para o autor o racismo dá-se por uma preterição estética, a qual se constitui enquanto uma *doxa*. Esta ação da *doxa* estética possui um peso paralisante sobre o movimento negro no espaço social (Rocha, *idem*). Neste sentido, a *doxa* estética¹¹ faz com que o racismo funcione como uma fonte substitutiva de autoconfiança (Rocha, 2009:378). Ao relacionar raça e classe Rocha (*idem*) afirma:

Em outras palavras, se a pessoa não tem outras bases sólidas sobre as quais sustentar autoconfiança, autoestima e autorrespeito, a depreciação estética surte efeitos mais radicais sobre a sua autorrelação prática tomada com um todo (p.375).

A partir da análise de Cardoso acreditamos que a forma de integração da sociedade de classes no sul do Brasil levou a constituição de um contingente importante de pessoas que carecem de autoestima, autoconfiança e autorrespeito como descrito acima por Rocha¹². Desta forma, essas pessoas não conseguiram constituir uma identidade sadia para uma participação autônoma no espaço público, sobretudo em sua relação com os indivíduos de classe média. Desta forma, o racismo possuía um peso brutal sobre os negros radicados nas classes populares que se constituíram como a maioria¹³. Mesmo demonstrando o peso da dimensão da classe, o conceito de *doxa*

¹⁰ Vale ressaltar que, apesar de demonstrar a importância da cor da pele como índice de discriminação tão importante quando a classe, Cardoso não desenvolve com sistematicidade este ponto. Outros autores vinculados à Cadeira de Sociologia I como Octávio Ianni e Roger Bastide analisaram com mais argúcia as consequências da dimensão estética do racismo. Sobre a questão estética Bastide(*idem*) argumenta: “Chegamos assim a uma forma de preconceito particularmente marcante que é o preconceito estético. Uma população branca na sua maioria desenvolve com efeito uma série de normas de beleza relacionadas com a sua própria cor, e, na medida em que um indivíduo se afasta dessas normas, é considerado feio”(p.117).

¹¹ Sobre a *doxa* estética, Rocha afirma: “A importância da *doxa* estética para a compreensão desses exercícios de racismo ostensivo, tão variados entre si, é que ela é a responsável por gerar essa fragilidade do elemento negro e também está na raiz de toda a não aceitação de si mesmo que caracteriza o negro racista, aquele negro que não teve pessoas que o amassem suficientemente, que reconhecessem as suas necessidades e carências emocionais independente da sua cor e dos seus traços, e que, por essa carência, vivida na tenra infância, mas levada pelo resto da vida ‘dentro do coração’, são tão pouco autoconfiantes a ponto de precisarem do racismo como fonte substitutiva de autoafirmação”(p.378-79).

¹² Emerson Rocha chama este contingente humano de *ralé estrutural*, conceito proposto por Jessé Souza (2003) para compreensão da desigualdade brasileira. Para uma análise sobre a questão da *ralé estrutural* ver Souza (2003).

¹³ Sobre a questão referente à ascensão do negro na sociedade de classes, Costa Pinto (1998) analisou o Rio de Janeiro e demonstrou como estes indivíduos conseguiram ascender majoritariamente apenas à classe proletária.

estética trabalhada por Rocha demonstrar o peso fundamental que cor da pele possui para a compreensão do racismo no Brasil¹⁴ independente da classe social.

5) Considerações finais

Vimos no decorrer deste texto a obra de Fernando Henrique Cardoso sobre as relações raciais no sul do Brasil, que foi a temática de pesquisa na Cadeira de Sociologia I da USP durante os anos 1950. Propomos seu diálogo com a teoria do reconhecimento de Axel Honneth e demonstramos o peso da dimensão moral do racismo. As pesquisas feitas por Cardoso no sul do Brasil foram de grande importância, pois refutaram teses importantes sobre o pretenso caráter diferencial das relações raciais em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, demonstrando como as relações raciais não diferiram de outras partes do Brasil como São Paulo. Todavia, sua entrada no seminário de Marx acabou fazendo com que esta temática ficasse obscurecida pela questão da dependência que deu reconhecimento internacional a Cardoso e tornou-se uma variável independente em seu pensamento. Neste sentido, a retomada da produção de Cardoso sobre as relações raciais nos dão a possibilidade de retrabalharmos sua produção de juventude de modo a demonstrar a contribuição crítica que ela nos trouxe para a compreensão do racismo no sul do Brasil.

6) Referências bibliográficas

BASTIDE, Roger (2008) Manifestações do preconceito de cor. In__BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan(2008). Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo, Global,. 4ª edição.

BASTOS, Elide R. etall(org)(2006) Conversas com sociólogos brasileiros. São Paulo, editora 34,.

CARDOSO, F. Henrique. (1958) O negro e a expansão portuguesa no Brasil Meridional. São Paulo, Anhembi, n.51, setembro, p.16-21

¹⁴ A demarcação deste ponto é fundamental para demonstrar a interdependência entre raça e classe para pensar o racismo brasileiro. Ainda constitui um contraponto à interpretação de Jessé Souza (2005), que em sua busca pela hierarquia das causas de desigualdade brasileira tende a ver a classe como o elemento representativo do racismo brasileiro.

_____ (1960) Os Brancos e a ascensão social dos negros em Porto Alegre. São Paulo, Anhembi, n.117, agosto de, p.583-596.

_____ (1993) Livros que inventaram o Brasil. São Paulo, Novos Estudos, n.37, p.21-35

_____ (2000) Negros em Florianópolis: relações sociais em econômicas. Florianópolis, Ed Insular,.

_____ (2003) Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.

_____ Uma pesquisa impactante. In__ BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo, Global, 2008. 4ª edição.

COSTA PINTO, L.A. (1998) O negro no Rio de Janeiro: relações raciais em uma sociedade em mudança. Rio de Janeiro, Ed.UFRJ, 2ª edição

COTRIN, Ivan (2001) O capitalismo dependente de Fernando Henrique Cardoso. Unicamp, dissertação (mestrado em sociologia)

FRASER, Nancy (2000) Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça em era pós-socialista. In__ SOUZA, Jessé (org) Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília, Ed.UnB

HONNETH, Axel (2009) Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo, Ed. 34, 2ª edição.

IANNI, Octávio (1962) As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo, Ed. Difusão Européia do Livro.

MAIO, Marcos Chor (1997) A História do Projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil. Rio de Janeiro, tese (doutorado em Ciência Política, IUPERJ

_____ (1999) O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. São Paulo, RBCS, n.41, p.141-158

NABUCO, Joaquim (2000) O Abolicionismo. São Paulo, Publifolha.

ROCHA, Emerson. Cor e dor moral In_ SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte, Ed.UFMG, 2009

RODRIGUES, Leôncio Martins (2009) Fernando Henrique Cardoso: a ciência e a política como vocação. In__ BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lílían (orgs) Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país. São Paulo, Companhia das letras

- SAAVEDRA, Giovani Agostini(2009) A teoria crítica de Axel Honneth. In__ SOUZA, Jessé & MATTOS, Patrícia (orgs) Teoria crítica no século XXI. São Paulo, Ed.Annablume, 1ª reimpressão.
- SCHWARZ, Roberto (1998) Um seminário de Marx. São Paulo, Novos Estudos, n.50, p.99-114
- SILVA, Sérgio L Pereira (2009) Sociedade da diferença: formações identitárias, esfera pública e democracia na sociedade global. Rio de Janeiro, MauadX/Faperj
- SOUZA, Jessé (2003) A construção social da subcidadania:para sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, Ed. UFMG
- _____ (2005) Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. São Paulo, Lua Nova, n.65, maio-junho, p.43-69
- TAYLOR, Charles (1998) A política do reconhecimento. In__ Argumentos filosóficos. São Paulo, edições Loyola.
- TAVOLARO Sergio (2005) Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. São Paulo, RBCS, n.59
- WERNECK VIANNA, Luiz J.(2004) A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Revan, 2ª edição.